manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro da Justiça e dos Cultos, nos termos do § único do artigo 284.º e artigo 4.º das disposições transitórias do mesmo Estatuto, que passe para o segundo officio do 6.º juízo criminal da comarca de Lisboa o official de diligências do actual terceiro officio do mesmo juízo, Domingos Lopes Mega; que fique desde já extinto o lugar de official de diligências do terceiro officio dêsse juízo; e que, emquanto existirem três escrivães, seja o serviço dos officiais de diligências de todo o juízo distribuído igualmente pelos dois officiais que ficam subsistindo, conforme determinação do juiz de direito.

Paços do Governo da República, 20 de Fevereiro de 1929.—O Ministro da Justiça e dos Cultos, *Mário de Figueiredo*.

2.ª Repartição

Rectificação

Declara-se que nas portarias n.ºs 5:903 e 5:924, publicadas no *Diário do Governo* respectivamente n.ºs 29 e 35, 1.ª série, de 5 e 13 de Fevereiro corrente, referentes, também respectivamente, às freguesias de Favões, concelho de Marco de Canaveses, e Aveleda, concelho de Vila do Conde, deve ser suprimida a palavra «seguro», passando a ler-se: «... despesas anuais com a guarda, conservação e reparação dos bens que recebe...».

Direcção Geral da Justiça e dos Cultos, 18 de Fevereiro de 1929.—O Director Geral, *Germano Martins*.

Administração e Inspecção Geral das Prisões

Decreto n.º 16:503

Usando da faculdade que me confere o n.º 2.º do artigo 2.º do decreto n.º 12:740, de 26 de Novembro de 1926, por força do disposto no artigo 1.º do decreto n.º 15:331, de 9 de Abril de 1928, sob proposta dos Ministros de todas as Repartições:

Hei por bem decretar, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º Os chefes de guardas dos estabelecimentos penais e prisionais de maiores passarão de ora ávante a ser de livre nomeação do Governo, uma vez que satisfaçam a todos os requisitos exigidos pelas leis e regulamentos, quanto às condições actualmente impostas para a sua admissão a tais cargos, e guardando-se, quanto aos direitos que das nomeações lhes resultam, o que se acha estabelecido nos regulamentos em vigor e designadamente o disposto no § único do artigo 20.º do regulamento provisório da Cadeia Geral Penitenciária, aprovado por decreto de 20 de Novembro de 1884.

Art. 2.º Fica revogada a legislação em contrário.

Determina-se portanto a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução do presente decreto com força de lei pertencer o cumpram e façam cumprir e guardar tam inteiramente como nêle se contém.

Os Ministros de todas as Repartições o façam imprimir, publicar e correr. Paços do Governo da República, 20 de Fevereiro de 1929.—ANTÓNIO ÓSCAR DE FRAGOSO CARMONA—*José Vicente de Freitas*—*Mário de Figueiredo*—*António de Oliveira Salazar*—*Júlio Ernesto de Moraes Sarmiento*—*Anibal de Mesquita Guimarães*—*Manuel Carlos Quintão Meireles*—*José Bacelar Bebiano*—*Gustavo Cordeiro Ramos*—*Pedro de Castro Pinto Bravo*.

MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

Direcção Geral dos Negócios Comerciais e Consulares

Inspecção Consular

Decreto n.º 16:504

Tendo-se reconhecido a impossibilidade de, sem aumento de encargo para o Estado, fazer funcionar com atribuições consulares as legações de Portugal em Praga, Varsóvia, Caracas e Santiago do Chile;

Usando da faculdade que me confere o n.º 2.º do artigo 2.º do decreto n.º 12:740, de 26 de Novembro de 1926, e por força do disposto no artigo 1.º do decreto n.º 15:331, de 9 de Abril de 1928, sob proposta dos Ministros de todas as Repartições:

Hei por bem decretar, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º São revogados e considerados sem efeito, na parte que atribuem funções consulares às legações de Portugal em Praga, Varsóvia, Caracas e em Santiago do Chile, os artigos 3.º e 4.º do decreto com força de lei n.º 12:434, de 2 de Setembro de 1926.

Art. 2.º Fica revogada a legislação em contrário.

Determina-se portanto a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução do presente decreto com força de lei pertencer o cumpram e façam cumprir e guardar tam inteiramente como nêle se contém.

Os Ministros de todas as Repartições o façam imprimir, publicar e correr. Dado nos Paços do Governo da República, em 20 de Fevereiro de 1929.—ANTÓNIO ÓSCAR DE FRAGOSO CARMONA—*José Vicente de Freitas*—*Mário de Figueiredo*—*António de Oliveira Salazar*—*Júlio Ernesto de Moraes Sarmiento*—*Anibal de Mesquita Guimarães*—*Manuel Carlos Quintão Meireles*—*José Bacelar Bebiano*—*Gustavo Cordeiro Ramos*—*Pedro de Castro Pinto Bravo*.

MINISTÉRIO DO COMÉRCIO E COMUNICAÇÕES

Gabinete do Ministro

Decreto n.º 16:505

Considerando que pelo contrato de 8 de Agosto de 1927 foi concedida à Companhia dos Caminhos de Ferro do Norte de Portugal a linha da Senhora da Hora à Trofa, à qual pelo Estado foi garantido o complemento de anuidade necessário para juro e amortização no prazo máximo de cinquenta anos, à taxa de 9 por cento, da importância do custo efectivo da construção com o limite máximo do orçamento aprovado pelo Governo;

Considerando que o Conselho Superior de Obras Públicas, declarando encontrar-se o projecto apresentado para a mesma linha pela Companhia do Norte de Portugal tènicamente bem elaborado, achou no emtanto que eram susceptíveis de reparo as características de planta e perfil adoptados no referido projecto, as quais elevaram o custo da linha a 22:750.000\$;

Considerando que o Conselho Superior de Caminhos de Ferro emitiu parecer no sentido de que nos termos do contrato podiam tais características ser aceites;

Considerando que a Procuradoria Geral da República, ouvida sobre o assunto, declarou não ter havido infracção dos termos contratuais;

Considerando que a Companhia dos Caminhos de Ferro do Norte de Portugal declara não poder, sem